

COMUNICADO

Em conformidade com a Lei Complementar nº 846, de 04-6-1998
 Balanço Patrimonial - Hospital de Transplantes "Dr. Euryclides de Jesus Zerbini" - SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina

**SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina
 Hospital de Transplante Dr. Euryclides de Jesus Zerbini**

CNPJ: 61.699.567/0024-89



Nota da Administração

Em complemento às Demonstrações Contábeis Consolidadas da S.P.D.M – Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina, estamos publicando as Demonstrações Contábeis Individuais da Unidade Gerenciada: SPDM – Hospital de Transplantes Dr. Euryclides de Jesus Zerbini. As Atas de Reuniões com o Parecer sobre a aprovação das contas e demonstrativos contábeis emitidos pelo Conselho Fiscal da SPDM, Assembleia Geral de Associados da SPDM e Parecer de Auditoria Independente, serão publicados em conjunto com as Demonstrações Contábeis Consolidadas da SPDM, até 30 de Abril de 2022.

São Paulo, 28 de Fevereiro de 2022. **Prof. Dr. Ronaldo Ramos Laranjeira - Diretor-Presidente da SPDM.**

Demonstrações Contábeis - Comparativo dos Balanços Patrimoniais Exercícios encerrados em 31 de Dezembro 2021 e 2020 - Valores em Reais			Comparativo das Demonstrações dos Resultados dos Períodos Exercícios encerrados em 31 de Dezembro		
Ativo	2021	2020	Passivo	2021	2020
Ativo Circulante	200.529.677,61	176.498.267,55	Passivo Circulante	211.131.720,43	187.750.153,36
Caixa e Equivalentes de Caixa (3.1)	2.674.885,25	901.824,04	Fornecedores Nacionais (3.9)	3.521.062,34	6.732.235,37
Bancos conta Movimento	6.125,03	1.655,34	Serviços de Terceiros P. Jurídica (3.10)	1.997.090,98	1.883.574,98
Aplicações Financeiras (3.2)	2.668.760,22	900.168,70	Serviços de Terceiros P. Física (3.10)	32.543,65	40.925,91
Contas a Receber (3.3)	185.524.182,65	303.667.205,47	Salários a Pagar (3.11)	4.756.195,40	5.256.111,83
Valores a Receber	184.664.668,37	164.483.069,37	Contribuições a Recolher (3.12)	1.208.969,13	1.315.816,75
Secretaria Estado Saúde São Paulo – Afiliadas (3.3.1)	171.543.600,00	151.362.001,00	Provisão de Férias (3.13)	9.111.494,66	9.019.380,08
Valores em Negociação Contrato – Saúde (3.3.2)	13.121.068,37	13.121.068,37	Provisão de FGTS sobre Férias (3.13)	728.572,98	721.064,44
Outros Créditos Saúde (3.4)	859.514,28	1.015.278,41	Impostos a Recolher (3.14)	2.136.230,34	2.384.614,72
Adiantamentos Fornecedor (3.4.1)	261.765,01	263.959,98	Benefícios	11.706,87	13.800,90
Antecipação de Férias (3.4.2)	463.812,72	612.464,09	Processos Trabalhistas a pagar	49.226,95	43.824,69
Deposito Judicial (3.4.3)	53.040,27	50.142,00	Obrigações Tributárias (3.15)	385.948,58	403.557,90
Outros créditos (3.4.4)	80.896,28	88.172,34	Diversos a Pagar SPDM (3.16)	2.482.990,35	3.295.856,58
Despesas Antecipadas Saúde (3.5)	1.441,99	1.441,99	Outras Contas a Pagar (3.17)	328.902,14	12.038,31
Prêmios de Seguros a Vencer	1.441,99	1.441,12	Estrutura SPDM – Saúde	82.583,73	82.456,87
Outras Despesas Antecipadas a Vencer	-	355,00	Provisão Despesas Processos Cíveis (3.18)	0,00	157.928,00
Estoque Saúde (3.6)	12.329.167,72	10.096.298,61	Outros valores de terceiros	0,00	3.383,20
Materiais utilizados no Setor de Nutrição - Saúde	71.859,16	24.216,24	Convênios/Contratos Públicos a Realizar (3.19)	176.645.533,60	151.295.950,37
Materiais utilizados no Setor de Farmácia - Saúde	1.390.452,55	1.695.684,16	Operações c/ Mat. Terceiros	7.652.668,73	5.087.632,46
Materiais de Almoxxarifado - Saúde	3.024.065,32	3.228.633,96	Passivo Não Circulante	346.235.634,01	498.913.204,85
Empréstimos de Materiais a Terceiros (3.6.1)	335.728,22	156.376,30	Recursos Contratos em Execução - Saúde	344.878.128,25	497.843.838,20
Operações com Materiais de Terceiros – Saúde (3.6.2)	7.507.062,47	4.991.387,95	Imobilizado - Bens de terceiros (3.8)	33.781.651,98	33.681.925,43
Ativo Não Circulante	348.418.806,40	501.746.220,22	Ajuste vida útil econômica - Bens de terceiros (3.8.1)	(28.066.522,73)	(26.363.087,23)
Realizável a Longo Prazo	339.162.999,00	490.525.000,00	Valor Estimado - Rescisão de Contrato (3.7.1)	0,00	0,00
Valores a Receber (3.7)	339.162.999,00	490.525.000,00	Convênios/Contratos Públicos a Realizar (3.19)	339.162.999,00	490.525.000,00
Valor Estimado - Rescisão de Contrato (3.7.1)	0,00	0,00	Outras Obrigações Com Terceiros - Saúde	1.357.505,76	1.069.366,64
Imobilizado - Bens Próprios	3.540.678,15	3.902.382,02	Provisão de Despesa Proc. Cíveis (3.20)	61.000,00	33.900,00
Imobilizado Próprio em Operação (3.8)	5.437.538,14	5.267.322,89	Provisão Despesa Proc. Trabalhistas (3.20)	155.825,00	158.624,77
Depreciações (3.8.1)	(1.896.859,99)	(1.364.940,87)	Diversos a Pagar SPDM (3.16)	1.140.680,76	876.841,88
Ativo Imobilizado Terceiros	5.691.570,53	7.274.082,48	Total do Passivo	557.367.354,44	678.244.487,77
Imobilizado - Bens de Terceiros (3.8)	32.846.418,40	32.746.691,85	Patrimônio Líquido (5)	(8.418.870,43)	(8.418.870,43)
Ajuste Vida Útil Econômica Bens Terceiros (3.8.1)	(27.154.847,87)	(25.472.609,37)	Total do Passivo e do Patrimônio Líquido	548.948.484,01	678.244.487,77
Ativo Intangível	23.558,72	44.755,72			
Intangível de Terceiros (3.8)	935.233,58	935.233,58			
Ajuste Vida Útil Econômica Intangível Terceiros (3.8.1)	(911674,86)	(890.477,86)			
Total do Ativo	548.948.484,01	678.244.487,77			

Descrição	Patrimônio		Reava- liação	Transferências Recebidas e Enviadas	Ajuste de Exercícios Anteriores	Superávit ou Déficit Acumulado	Superávit ou Déficit do Exercício	Total
	Nota	social						
Saldo 31/12/2019	0	0	0	0	0	0	0	0
Incorporação ao Patrimônio Social								
Realização de Avaliação Patrimonial Exercícios Anteriores								
Transferência para o Patrimônio								
Transferências Recebidas								
Transferências Enviadas								
Realização do APP								
Ajustes de Exercícios Anteriores					(8.418.870,43)		(8.418.870,43)	
Superávit/(Déficit) do Exercício	5							
Saldo 31/12/2020	0	0	0	0	(8.418.870,43)	0	(8.418.870,43)	
Incorporação ao Patrimônio Social								
Realização de Avaliação Patrimonial Exercícios Anteriores								
Transferência para o Patrimônio								
Transferências Recebidas								
Transferências Enviadas								
Realização do APP								
Ajustes de Exercícios Anteriores								
Superávit/(Déficit) do Exercício								
Saldo 31/12/2021	0	0	0	0	0	0	0	(8.418.870,43)

Comparativo das Demonstrações dos Fluxos de Caixa Exercícios encerrados em 31 de Dezembro - Valores em Reais			Comparativo da Demonstração do Valor Adicionado Exercícios encerrados em 31 de Dezembro - Valores em Reais		
	Dez/21	Dez/20		Dez/21	Dez/20
Fluxos de caixa das atividades operacionais			1 - Receitas	178.093.399,72	197.281.218,98
Superávit /Déficit do exercício/período	0	0	1.1) Prestação de serviços	149.263.901,51	166.135.577,07
Ajustes p/ conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais			1.3) Outras Receitas	344.096,19	199.068,27
Depreciação e amortização	531.919,12	526.730,28	1.4) Isenção usufruída sobre contribuições	28.485.402,02	30.946.573,64
Ajuste nas contas do Patrimônio Líquido	0,00	-8.418.870,43	2 - Insumos Adquiridos de Terceiros (inclui ICMS e IPI)	48.505.342,74	60.537.222,73
Variações nos ativos e passivos			2.1) Custo das mercadorias utilizadas nas prestações d	27.621.323,51	34.861.670,68
(Aumento) Redução em contas a receber	(20.181.599,00)	25.236.869,43	2.2) Materiais, energia, serviços de terceiros e outro	18.511.130,12	21.863.536,23
(Aumento) Redução outros créditos	151.517.765,13	(193.378.580,58)	2.3) Perda / Recuperação de valores ativos	90.066,55	861.716,53
(Aumento) Redução de despesas antecipadas	355,13	224.001,74	2.4) Outros	2.282.822,56	2.950.299,29
(Aumento) Redução em estoques	332.167,16	748.595,92	3 - Valor Adicionado Bruto (1-2)	129.588.056,98	136.743.996,25
Aumento (Redução) em fornecedores	(3.097.657,03)	(3.749.076,35)	4 - Retenções	531.919,12	526.730,28
Aumento (Redução) nas doações e subvenções/Contratos de gestão	(126.012.417,77)	(208.383.206,92)	4.1) Depreciação, amortização e exaustão	531.919,12	526.730,28
Aumento (Redução) em contas a pagar e provisões	(1.147.256,28)	769.334,00	5 - Valor Adicionado Líquido Produzido Pela Entidade (3-4)	129.056.137,86	136.217.265,97
Aumento (Redução) de Bens de Terceiros	(1.603.708,95)	(515.841,79)	6 - Valor Adicionado Recebido em Transferência	703.555,56	764.582,34
Caixa líquido consumido pelas atividades operacionais	339.567,51	(182.883,54)	6.1) Receitas financeiras	703.555,56	764.582,34
Fluxos de caixa das atividades de investimentos			7 - Valor Adicionado Total (5+6)	129.759.693,42	136.981.848,31
(-) Aquisições de imobilizado	(170.215,25)	0	8 - Distribuição do Valor Adicionado	129.759.693,42	136.981.848,31
(-) Adição de Bens de Terceiros	1.603.708,95	515.841,79	8.1) Pessoal e encargos	97.346.532,99	102.253.446,88
(-) Adição de bens intangíveis	0	0	8.2) Impostos, taxas e contribuições	620.383,75	583.218,15
Caixa líquido consumido pelas atividades de investimentos	1.433.493,70	515.841,79	8.3) Juros	90,27	1.203,44
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			8.4) Aluguéis	3.307.284,39	3.197.406,20
Aumento (Redução) no Caixa e Equivalentes de Caixa	1.773.061,21	332.958,25	8.5) Isenção usufruída sobre contribuições	28.485.402,02	30.946.573,64
Saldo inicial de Caixa e equivalente	901.824,04	568.865,79	8.6) Lucros retidos / prejuízo do período	0	0
Saldo final de Caixa e equivalente	2.674.885,25	901.824,04			

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de Dezembro de 2.021 e 2.020

Contexto Operacional, Normas e Conceitos Gerais Aplicados nas Demonstrações Financeiras - A Entidade, SPDM - Associação Paulista Para o Desenvolvimento da Medicina é uma Associação civil sem fins lucrativos, de natureza filantrópica, reconhecida de utilidade pública estadual e municipal, respectivamente pelos decretos nos. 57.925, de 04/03/1966, 40.103 de 17/05/1962. A SPDM é uma instituição filantrópica, que busca a sustentabilidade econômica, social e ambiental. Sua gestão é baseada no sistema de governança corporativa e na alta competência de seus colaboradores. Fundada em 1933, atualmente é dirigida por um Conselho Administrativo, eleito pela Assembleia de Associados e tem, hoje, como principal objetivo a manutenção do Hospital São Paulo (HSP), bem como outros hospitais, centros de assistência e unidades afins. Dentro dos seus objetivos, por ser Entidade Filantrópica com atividade preponderante na área da saúde, a SPDM atua em conformidade com o estabelecido no inciso II do artigo 4º da Lei 12.101 de 27 de novembro de 2009 e na Lei Complementar 187, de 16 de dezembro de 2021. **Características da Unidade Gerenciada** - O Hospital de Transplantes Dr. Euryclides de Jesus Zerbini, denominado (HTEJZ) é referência para as especialidades de Hematologia (Transplante de Medula

go 195, parágrafo 7º da Constituição Federal, de 05 de outubro de 1988. **Isenção Tributária e Característica da Isenção** - A SPDM também se enquadra no conceito de isenção das Contribuições Sociais, nos termos da lei, por tratar-se de instituição privada, sem fins lucrativos e econômicos, com atuação preponderante na área da saúde, conforme previsto nos artigos 12 e 15 da Lei nº 9.532/97, combinados com o artigo 1º da Lei nº 12.101/09 alterada pela Lei 12.868/13, regulamentada pelo Decreto nº 8.242/2014 e o que dispõe a Lei Complementar nº 187, de 16 de dezembro de 2021.

2. Apresentação das Demonstrações Contábeis - Na elaboração das demonstrações financeiras de 2021, a Entidade observou as principais alterações trazidas pela Lei nº 11.638/2007, Medida Provisória nº 449/2008 e Lei nº 11.941/09 que promoveram modificações quanto à elaboração e divulgação das demonstrações contábeis individuais, antes previstas na Lei nº 6.404/76, que agora passam a ser observadas não apenas pelas sociedades por ações, mas também as empresas de grande porte. A SPDM elaborou suas demonstrações financeiras em observância as melhores práticas contábeis adotadas no Brasil, levando em consideração a adoção de normas contábeis como o Pronunciamento Técnico CPC 00 (R2) Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro, que tem por objetivo fornecer informações financeiras sobre a entidade; NBC TG 07 (R2) Subvenção e Assistência Governamentais, que trata da contabilização e divulgação de subvenção governamental; e ITG 2002 (R1) - Entidades sem Finalidade de Lucros a qual estabelece critérios e procedimentos específicos de avaliação, de reconhecimento das transações e variações patrimoniais, de estruturação das demonstrações contábeis e as informações mínimas a serem divulgadas em notas explicativas de entidade sem finalidade de lucros. **2.1. Formalidade da Escrituração Contábil ITG 2000 (R1) e CTG 2001 (R3)** - As demonstrações contábeis individuais da SPDM foram elaboradas em conformidade com a Norma Contábil ITG 2000 (R1), que estabelece critérios e procedimentos a serem adotados pela entidade para a escrituração contábil de seus fatos patrimoniais, por meio de qualquer processo, bem como a guarda e a manutenção da documentação e de arquivos contábeis e a responsabilidade do profissional da contabilidade; e CTG 2001 (R3) que define as formalidade da escrituração contábil em forma digital para fins de atendimento ao Sistema Público de Escrituração Digital (SPED). A entidade apresenta seus documentos e livros contábeis em conformidade com a Instrução Normativa RFB nº 2003, de 18 de janeiro de 2021, que exige a apresentação de Escrituração Contábil Digital (ECD) para as pessoas jurídicas imunes e isentas, incluindo livro diário, livro razão, balancetes diários e balanços, assinados digitalmente com certificado digital, a fim de garantir a autoria, autenticidade, integridade e validade jurídica do documento digital. **2.2. Nome Empresarial, Endereço e CNPJ da Unidade Gerenciada - SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina - Hospital de Transplantes Dr. Euryclides de Jesus Zerbini** - Av. Brigadeiro Luís Antônio, 2651 - Jardim Paulista São Paulo - SP - CEP 01401-901 - CNPJ nº 61.699.567/0024-89. **3 - Principais Práticas Contábeis Utilizadas na Elaboração das Demonstrações** - Em todas as suas unidades os registros contábeis são realizados da maneira estabelecida pela matriz e são acatadas todas suas orientações. Face aos inúmeros conceitos aplicados quando da escrituração dos atos e fatos administrativos que deram origem aos Livros Diários, Razões e outros, divulgamos aqueles os quais julgamos mais relevantes conforme estabelece norma ITG 2002 (R1) - Entidades sem Finalidade de Lucros e suas alterações. O plano de contas adotado atende aos requisitos da Lei 11.638/2007. Segundo o manual do CFC, o plano de contas consiste em um conjunto de títulos, apresentados de forma coordenada e sistematizada, previamente definidos, nele traduzida a estrutura das contas a serem utilizadas de maneira uniforme para representar o estado patrimonial da entidade, e de suas variações, em um determinado período. Nesse sentido a função e o funcionamento das contas serão utilizados conforme a codificação do plano de contas. **3.1 - Caixa e Equivalentes de Caixa** - Os valores contabilizados neste subgrupo representam moeda em caixa e depósitos à vista em conta bancária, bem como recursos que possuem as mesmas características de liquidez de caixa e de disponibilidade imediata ou até 90 (noventa) dias.

	R\$	
	31.12.2021	31.12.2020
Saldo Caixa	0	0
Saldo Bancos	6.125,03	1.655,34
Aplicação Financeira de Curto Prazo	2.668.760,22	900.168,70
Caixa e Equivalentes de Caixa	2.674.885,25	901.824,04
Os recursos disponíveis para a unidade gerenciada estão disponíveis em conta corrente bancária oficial e representam em 31.12.2021 o montante de R\$ 2.674.885,25 (Dois milhões, seiscentos e setenta e quatro mil, oitocentos e oitenta e cinco reais e vinte e cinco centavos) conforme quadro acima.		
3.2 Aplicações Financeiras - As aplicações estão demonstradas pelo valor da aplicação acrescido dos rendimentos correspondentes, apropriados até a data do balanço, com base no regime de competência. As aplicações são referenciadas como sendo com restrição uma vez que os valores encontram-se aplicados por força de convênios e contratos de gestão cujo rendimento reverte em favor do contratante e não da SPDM.		

Instituição Financeira	Tipo de Aplicação*	Bilidade no mês %	Renda	
			31/12/2021	31/12/2020
Banco do Brasil	CDB DI	92% CDI	2.668.760,22	900.168,70
Total			2.668.760,22	900.168,70

* a instituição mantém esforços para operar com as melhores taxas disponíveis na instituição financeira. **3.3 - Contas a receber** - A prática contábil adotada é pelo regime de competência para registro das mutações patrimoniais. Conforme NBC TG 07 (R2) Subvenção e Assistência Governamentais e ITG 2002 (R1) - Entidade sem finalidade de Lucros, a Entidade passou a constituir provisionamentos e outros valores a receber referentes às execuções de seus contratos de gestão, convênios e outros tipos de Assistências Governamentais

Continua

Continuação para que quando do reconhecimento no resultado, não traga desequilíbrio entre receitas e despesas provisionadas. **3.3.1 - Valores a Receber** - Os valores registrados nesta conta em 31/12/2021 representam valores a receber de curto prazo, relativos ao contrato de gestão n. SPDOC 1989972/2019, Processo 2022 SES-PRC 2021/52893 de 23/12/2021 proveniente da Secretaria De Saúde do Estado de São Paulo, e totalizaram o montante de R\$ 171.543.600,00 (Cento e setenta e um milhões, quinhentos e quarenta e três mil, e seiscentos reais). **3.3.2 - Valores em Negociação Contrato/Convênio** - Por conta do modelo de gestão das organizações sociais de saúde, a instituição se valeu da Norma NBC ITG 2002 (R1) Entidade sem Finalidade de Lucro **Item 17 e 27(d)**, para registrar valores que serão restituídos ou compensados pelo órgão contratante até o final do contrato/convênio, a título de reequilíbrio econômico da instituição. A instituição não se limita apenas ao reconhecimento de valores a receber que representam o objeto principal da entidade, mas a outras transações que são normais e inerentes à sua atividade, utilizando-se da Prevalência da Essência sobre a Forma. Os valores constantes nesta conta em 2021, representam o resultado da execução dos contratos/convênios no período de Janeiro de 2013 a Dezembro de 2019, que representou um déficit operacional no montante de R\$ 13.121.068,37, que a unidade gerenciada pretende recuperar até o encerramento do instrumento ou quando ocorrer a renovação do Plano de Trabalho acordado com o órgão concedente. **3.4 - Outros Créditos** - São as contas a receber que não se enquadram nos grupos de contas anteriores, sendo contas a curto prazo normalmente não relacionadas com o objeto principal da instituição. **3.4.1 - Adiantamentos a Fornecedores** - Os valores classificados como adiantamento a fornecedores compreendem adiantamentos realizados a fornecedores de benefícios como vale transporte, vale refeição e alimentação, pagos antecipadamente, estes serão devolvidos ou baixados em período subsequente, o saldo registrado em 31.12.2021 representa R\$ 261.765,01. **3.4.2 - Antecipação de Férias** - A instituição efetua antecipação de férias conforme prevê a legislação Trabalhista (CLT), em seu artigo, Art. 145 - O pagamento da remuneração das férias e, se for o caso, o do abono referido no art. 143 - serão efetuados até 2 (dois) dias antes do início do respectivo período. **3.4.3 - Depósito Judicial** - Os valores mantidos em depósito judiciais estão amparados por processos trabalhistas e totalizam em 31.12.2021, o montante de R\$ 53.040,27. **3.4.4 - Outros créditos e adiantamentos** - Representam valores a título de crédito relativo a pagamentos de encargos rescisórios, adiantamentos, e outros valores que não são usualmente utilizados no plano de contas da instituição. Em 2021, totalizaram o montante de R\$ 80.896,28. **3.5 - Despesas Pagas Antecipadamente** - Representam valores referentes a prêmios de seguros de imóveis. Para atender medidas preventivas adotadas permanentemente, a Entidade efetua contratação de seguros em valor considerado suficiente para cobertura de eventuais sinistros, e assim atendendo principalmente o Princípio Contábil de Continuidade. Os valores segurados são definidos pelos Administradores da Entidade em função do valor de mercado ou do valor do bem novo, conforme o caso. Em 2021, essa conta totalizou o montante de R\$ 1.441,99. **3.6 Estoques** Os estoques foram avaliados pelo custo médio de aquisição. Os valores de estoques contabilizados

não excedem os valores de mercado e referem-se aos produtos e materiais médico-hospitalares, de conservação e consumo, higiene, lavanderia, gêneros alimentícios e equipamentos de proteção, materiais de terceiros e comodatos até a data do balanço. Conforme se demonstra abaixo, o valor escriturado em estoques no exercício de 2021 é de **R\$ 12.329.167,72** (doze milhões, trezentos e vinte e nove mil, cento e sessenta e sete reais e setenta e dois centavos).

Tipo	Valores em Reais	
	31.12.2021	31.12.2020
Materiais utilizados no setor de Nutrição	71.859,16	24.216,24
Materiais utilizados no setor de Farmácia	1.390.452,55	1.695.684,16
Materiais de Almoxarifado	3.024.065,32	3.228.633,96
Empréstimos de materiais a terceiros	335.728,22	156.376,30
Materiais de Terceiros Consignados	7.507.062,47	4.991.387,95
Total	12.329.167,72	10.096.298,61

3.6.1 - Operações com outros materiais de terceiros - A unidade gerenciada possui empréstimos de materiais à terceiros no montante de R\$ 335.728,22 (trezentos e trinta e cinco mil, setecentos e vinte e oito reais e vinte e dois centavos). **3.6.2 - Materiais em Consignação/Terceiros** - A unidade gerenciada em parceria com fornecedores de órteses e próteses, mantém material em consignação em seu estoque, para suprir demanda de cirurgias e procedimentos médicos, esses materiais representam R\$ 300.797,24. A SES (FURP) fornece medicamentos ao hospital, de maneira gratuita para o atendimento de pacientes da rede pública, esses medicamentos representaram R\$ 7.206.265,23. Ambos os itens totalizaram em 31.12.2021 o montante de R\$ 7.507.062,47, os quais a unidade gerenciada contabiliza em contas específicas de ativo e passivo. **3.7 - Valores a Receber (Ativo Não Circulante)** - Os valores registrados nesta conta em 2021 representam valores a receber de longo prazo, relativos ao Contrato de Gestão n. SPDOC 1989972/2019 de 03/12/2019 proveniente da Secretaria De Saúde do Estado de São Paulo, e totalizaram o montante de R\$ 339.162.999,00 (Trezentos e trinta e nove milhões, cento e sessenta e dois mil, novecentos e noventa e nove reais). **3.7.1 - Valores a Receber Estimativa de Rescisão Contratual** - Em 31 de dezembro de 2020 a instituição entendeu por bem que não caberia constituir Estimativa de Rescisão Contratual em virtude da Cláusula nº 10 do Contrato de Gestão nº SPDOC 1989972/2019 prever que os custos relativos à dispensa com pessoal serão arcados pelo órgão público contratante, não cabendo mais realizar tal provisionamento. **3.8 - Imobilizado Bens Próprios e de Terceiros** - O imobilizado do Hospital de Transplantes Dr. Euryclides de Jesus Zerbini é composto por bens próprios e de terceiros, os quais são classificados de modo a atender a legislação atual. Os bens de terceiros, contempla os bens adquiridos com os recursos do contrato de gestão e os bens disponibilizados pela SES conforme Termo de Permissão de Uso. Os bens próprios representam aquisições ou importações realizadas pela SPDM para atender especificamente o contrato de gestão e devem permanecer no Imobilizado Próprio até a efetiva transferência do bem para o órgão concedente. Os ativos estão distribuídos da seguinte forma:

Imobilizado Bens Próprios em Operação	Demonstrativo da Movimentação de Imobilizado - Bens Próprios em 2021			
	Posição em 31/12/2020	Aquisição	Transferência Baixa	Posição em 31/12/2021
Apar Equip Utens Med Odont Lab	5.267.322,89	170.215,25	0,00	5.437.538,14
	5.267.322,89	170.215,25	0,00	5.437.538,14
Depreciação Imobilizado Bens Próprios	Posição em 31/12/2020	baixa	depreciação	Posição em 31/12/2021
Apar Equip Utens Med Odont Lab	(1.364.940,87)	0,00	(531.919,12)	(1.896.859,99)
	(1.364.940,87)		(531.919,12)	(1.896.859,99)

Descrição	Demonstrativo da movimentação de Imobilizado Bens de terceiros em 2021				
	Posição em 31/12/2020	Aquisição	Transferência baixa	Posição em 31/12/2021	Taxas anuais médias ajustes %
Imobilizados-Bens de Terceiros - Bens Móveis	32.746.691,85	99.726,55	-	32.846.418,40	-
Apar Equip Utens Med Odont Lab	24.044.641,30	15.029,81	-	24.059.671,11	-
Equip Processamento de Dados	1.472.766,87	-	-	1.472.766,87	-
Mobiliário em Geral	4.791.825,44	49.087,92	-	4.840.913,36	-
Maq Utens e Equip Diversos	1.688.035,09	8.883,64	-	1.696.918,73	-
Veículos de Tração Mecânica	201.100,00	-	-	201.100,00	-
Aparelhos de Medição	14.461,80	-	-	14.461,80	-
Apar e Equip Comunicação	5.801,90	-	-	5.801,90	-
Apar e Utens Domésticos	305.564,69	24.590,18	-	330.154,87	-
Maq e Equip de Natureza Industrial	3.188,55	-	-	3.188,55	-
Equip p/ Audio Video e Foto	219.306,21	2.135,00	-	221.441,21	-
Imobilizados-Bens de Terceiros - Intangível	935.233,58	-	-	935.233,58	-
Software	935.233,58	-	-	935.233,58	-

Descrição	CNPJ nº 61.699.567.0024-89				
	Posição em 31/12/2020	Ajustes	Posição em 31/12/2021	Taxas anuais médias ajustes %	Convênios/Contratos
Ajuste Vida Útil Econômica Bens de Terceiros - Bens Móveis	(23.426.440,05)	(1.682.238,50)	(27.154.847,87)	-	R\$ 151.362.001,00
Apar Equip Utens Med Odont Lab	(19.187.236,12)	- (1.144.105,03)	(20.331.341,15)	10%	TA 2º - Processo 2021 SES-PRC-2020/49445
Equip Processamento de Dados	(719.960,36)	- (227.929,55)	(947.889,91)	10%	TA 3º - Processo 2021 SES-PRC-2020/49445
Mobiliário em Geral	(3.753.326,95)	- (173.438,09)	(3.926.765,04)	10%	TA 4º - Processo 2021 SES-PRC-2020/49445
Máquinas Utens e Equip Diversos	(1.319.780,31)	- (94.338,40)	(1.414.118,71)	10%	
Veículos de Tração Mecânica	(201.100,00)	-	(201.100,00)	20%	
Aparelhos de Medição	(2.639,58)	- (1.446,12)	(4.085,70)	10%	
Aparelhos de Equip Comunicação	(6.065,43)	- 833,05)	(5.232,38)	10%	
Aparelhos e Utensílios Domésticos	(155.946,36)	- (26.205,87)	(182.152,23)	10%	
Maq e Equip de Natureza Industrial	(265,71)	- (318,84)	(584,55)	10%	
Equip p/ Audio Video e Foto	(126.288,55)	- (15.289,65)	(141.578,20)	10%	
Ajuste Vida Útil Econômica Bens de Terceiros - Intangível	(890.477,86)	(21.197,00)	(911.674,86)	20%	
Software	(890.477,86)	- (21.197,00)	(911.674,86)	20%	

O valor das aquisições com os recursos do contrato de gestão, no exercício de 2021, de bens móveis e intangíveis de terceiros, totalizaram R\$ 99.726,55, com exclusiva finalidade de sua utilização na realização de atividades e serviços de saúde.

3.8.1 - Ajuste Vida Útil Econômica Bens Móveis - A instituição efetua o ajuste do tempo de vida útil dos bens de terceiros, de propriedade do contratante, através do método linear e utilizando as taxas anuais divulgadas em nota explicativa (3.8 Imobilizado), de modo a demonstrar o valor residual dos bens de terceiros. Os softwares são amortizados pelo tempo de vida útil estimado. **3.9 - Fornecedores** - As obrigações com fornecedores nacionais são reconhecidas pelo seu custo de aquisição, de acordo com os valores praticados no mercado interno. São registrados pelo valor das notas fiscais ou faturas provenientes da compra de materiais, medicamentos e demais itens de consumo. O prazo médio de pagamento dos fornecedores é de aproximadamente 90 dias. **3.10 - Serviços de Terceiros** - Estas obrigações representam a contratação de serviços de terceiros pessoa física e jurídica pela instituição, em sua grande parte relacionados a contratos de prestação de serviços médicos e não-médicos, tais como: serviços prestados de utilidade pública, assessoria técnica e jurídica, portaria, segurança e limpeza. O saldo registrado nestas contas em 2021 totalizou o montante de R\$ 2.029.634,63 (Dois milhões, vinte e nove mil, seiscentos e trinta e quatro reais e sessenta e três centavos). **3.11 - Salários a Pagar** - De acordo com o Art. 76 da CLT - Salário é a contraprestação mínima devida e paga diretamente pelo empregador a todo trabalhador, inclusive ao trabalhador rural, sem distinção de sexo, por dia normal de serviço. A instituição efetua o pagamento mensal das remunerações no quinto dia útil subsequente ao mês de competência. O saldo registrado nesta conta em 2021 refere-se aos salários, quitações e pensões devidos no período, totalizando o montante de R\$ 4.756.195,40 (Quatro milhões, setecentos e cinquenta e seis mil, cento e noventa e cinco reais e quarenta centavos). **3.12 - Contribuições a Recolher** - Representam os valores devidos sobre a folha de pagamento e relativos ao cumprimento de recolhimentos de INSS, FGTS e contribuições sobre a folha de pagamento no montante de R\$ 462.417,15, 745.942,93 e 609,05, respectivamente. **3.13 - Provisão de Férias e Encargos** - Foram provisionados com base nos direitos adquiridos pelos empregados até a data do balanço. Em 2021 totalizou o montante de R\$ 9.840.067,64. **3.14 - Impostos a Recolher** - Representam os valores devidos sobre a folha de pagamento e relativos ao cumprimento de recolhimentos de IRRF sobre serviços pessoal próprio em regime CLT e ISS a recolher sobre serviços de terceiros. Em 2021 totalizou o montante de R\$ 2.136.230,34. **3.15 - Obrigações Tributárias** - A obrigação tributária de acordo com o §1º do art. 113 do CTN, é aquela que surge com a ocorrência do fato gerador, tem por objeto o pagamento de tributo ou penalidade pecuniária e extingue-se juntamente com o crédito dela decorrente. Constituem as obrigações de INSS, ISS, IRRF e PIS/COFINS/CSLL, retidos sobre os serviços prestados por empresas terceiras contratadas pela unidade gerenciada, sendo que em 2021 esse montante representa o total de R\$ 385.948,58. **3.16 - Diversos a Pagar SPDM** - Os valores registrados nessa conta referem-se a compra um equipamento importado chamado O-ARM e Sistema S7, por intermédio do SPDM - Hospital São Paulo, exportador Medtronic Logistics USA. Em 2021, esse montante representa o total de R\$ 2.482.990,35. **3.17 - Outras contas a pagar** - Os valores evidenciados em outras contas a pagar referem-se a outras obrigações que num primeiro instante não se encaixam nas demais nomenclaturas do plano

de contas da Instituição, ou ainda, aqueles valores não usuais a atividade principal da instituição. Em 2021 totalizou o montante de R\$ 328.902,14. **3.18 - Estimativas Contábeis** - A elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use o julgamento na determinação e no registro de determinados valores que sejam registrados por estimativa, as quais são estabelecidas com o uso de premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. Itens significativos registrados com base em estimativas contábeis incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor de realização ou recuperação, as provisões para indenizações e provisões para perdas em geral. No caso da Provisão de Férias e Encargos, os mesmos foram provisionados com base nos direitos adquiridos pelos empregados até a data do balanço. A liquidação das transações registradas com base em estimativas poderá resultar em valores divergentes devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração da Entidade revisa periodicamente as estimativas e premissas. **3.19 - Convênios/Contratos Públicos a Realizar (Circulante e Não Circulante)** - De acordo com a Norma NBC TG 07 (R2) Subvenção e Assistência Governamentais e ITG 2002(R1) - Entidade sem finalidade de Lucros, a SPDM passou a adotar a sistemática de contabilização dos valores mantidos no Contrato de Gestão com o poder público, de forma a evidenciar os valores previstos a serem realizados, durante a execução do contrato, na execução da atividade operacional. O saldo a realizar em curto e longo prazo em 31.12.2021 representaram R\$ 176.645.533,60 e 339.162.999,00, respectivamente. **3.20 - Contingências Passivas** - Os conceitos aplicados para fins de constituição de Contingências além dos conceitos estabelecidos para classificação dos processos de ações em "provável", "possível" e "remota", ao que se refere o ponto de vista contábil, se encontram em conformidade com o estabelecido a NBC TG 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. Para tanto, os eventos são caracterizados em situações nas quais, como resultado de eventos passados, pode haver uma saída de recursos envolvendo benefícios econômicos futuros na liquidação de: (a) obrigação presente (provável); ou (b) obrigação possível cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da entidade (remota). Para eventos onde a classificação é provável há uma obrigação presente que provavelmente requer uma saída de recursos e neste caso a provisão é constituída ou reconhecida contabilmente. Para eventos de classificação possível há obrigação possível ou presente que pode, mas provavelmente não irá requerer uma saída de recursos. Neste caso, nenhuma provisão é constituída ou reconhecida e a divulgação é exigida para o passivo contingente. Caso seja remota, há obrigação possível ou obrigação presente cuja probabilidade de uma saída de recursos é remota. Em virtude da característica de prestadora de serviços na área hospitalar, a SPDM por vezes é acionada em ações cíveis. Tais ações têm por origem, independente do mérito, tanto casos de supostos erros médicos, indenizatórias, quanto processo administrativo e cobranças propostas por fornecedores. Para processos onde a possibilidade de perda em 31.12.2021 era tida como provável, foi constituída a provisão nas contas de passivo no valor de R\$ 61.000,00. O montante para o mesmo tipo de ação cível, onde a

possibilidade de perda era tida como "possível", o valor apurado foi de R\$ 1.602.112,29. Ainda, no exercício de suas atividades de prestadora de serviços, em 2021, a SPDM acumulou passivos resultantes de reclamações trabalhistas. Aquelas cuja probabilidade de perda era tida como "provável" se encontram devidamente provisionadas no balanço (Passivo) na rubrica de Contingências Trabalhistas, no montante de R\$ 155.825,00. Para ações onde a possibilidade de perda era tida como "possível", o montante chegou a R\$ 2.402.709,55. Com relação às execuções tributárias foram apuradas contingências com a probabilidade de perda "remota" no valor de R\$ 369.172,94.

SPDM - Hospital de Transplantes Euryclides de Jesus Zerbini			
Passivas	Trabalhista	Cível	Tributária
Provável	155.825,00	61.000,00	-
Possível	2.402.709,55	1.602.112,29	-
Remota			369.172,94

4 - Origem e Aplicação dos Recursos - As receitas, inclusive as doações, subvenções, contribuições, bem como as despesas, são registradas pelo regime de competência. As receitas da Entidade são apuradas através dos comprovantes, entre eles, avisos bancários, recibos e outros, como também suas despesas são apuradas através de Notas Fiscais e Recibos, em conformidade com as exigências legais-fiscais. **4.1 - Das Receitas Operacionais** - Os recursos públicos obtidos através de contratos de gestão ou convênios é de uso restrito para custeio e/ou investimento das atividades operacionais. As receitas operacionais da instituição são aplicadas na atividade operacional e são reconhecidas pelo regime de competência, de acordo com a NBC TG 07 (R2) Subvenção e Assistência Governamentais, Item 12, onde a subvenção governamental deve ser reconhecida como receita ao longo do período e confrontada com as despesas que pretende compensar, sempre levando em consideração a Prevalência da Essência sobre a Forma, no reconhecimento de contratos ou convênios. **4.1.1 - Rendimentos sobre Aplicação Financeira Receitas Financeiras com Restrição** - Os recursos provenientes de convênios e contratos públicos, são eventualmente mantidos em conta de aplicação financeira, enquanto não utilizados para o custeio da unidade gerenciada. Os rendimentos sobre aplicações financeiras são reconhecidos como Receitas Financeiras no Resultado da Entidade, e transferidos para a conta de Passivo denominada "Convênios/Contratos Públicos à Realizar", em conformidade com o Item 29 da NBC TG 07 (R2) Subvenção e Assistência Governamental. Em 2021 tais valores representam o montante de R\$ 184.842,22 (Cento e oitenta e quatro mil, oitocentos e quarenta e dois reais, e vinte e dois centavos). **4.2 - Doações** - As outras receitas não operacionais estão relacionadas aos recebimentos referentes doações de mercadorias, itens como máscaras, remédios, seringas, entre outros e totalizaram o montante de R\$ 22.872,56 (vinte e dois mil, oitocentos e setenta e dois reais e cinquenta e seis centavos). **4.3 - Dos Custos e Despesas Operacionais** - Os custos operacionais estão relacionados aos setores produtivos da instituição e foram classificados levando em consideração a estrutura do sistema de custos da SPDM. As despesas operacionais estão relacionadas aos setores administrativos e de apoio a instituição e foram classificados de acordo com esta estrutura, parametrizada no sistema da SPDM. **4.4 - Auxílios, Subvenções e ou Convênios Públicos** - São recursos financeiros provenientes de contratos de gestão, convênios ou outros instrumentos firmados com órgãos governamentais, e que tem como objetivo principal operacionalizar projetos e atividades pré-determinadas. Periodicamente, conforme contrato, a Entidade presta conta de todo o fluxo financeiro e operacional aos órgãos competentes, ficando também toda documentação a disposição para qualquer fiscalização. Os convênios firmados estão de acordo com o estatuto social da Entidade e as despesas de acordo com suas finalidades. A Entidade para a contabilização de todos seus tipos de Assistências Governamentais atende à NBC TG 07 (R2) Subvenção e Assistência Governamentais deve ser reconhecida como receita ao longo do período e confrontada com as despesas que pretende compensar, em base sistemática, desde que atendidas às condições da Norma. Todos os tipos de Assistência Governamental não podem ser creditadas diretamente no patrimônio líquido. Enquanto não atendidos os requisitos para reconhecimento da receita na demonstração do resultado, a contrapartida da Assistência governamental registrada no ativo é feita em conta específica do passivo. No exercício de 2021, a Associação recebeu Assistências Governamentais Estaduais conforme quadro abaixo:

Convênios/Contratos	R\$
TA 1º - Processo 2021 SES-PRC-2020/49445	151.362.001,00
TA 2º - Processo 2021 SES-PRC-2020/49445	80.520,00
TA 3º - Processo 2021 SES-PRC-2020/49445	130.500,00
TA 4º - Processo 2021 SES-PRC-2020/49445	2.672.113,66

5 - Patrimônio Líquido - Conforme esclarecido em balanços anteriores, de acordo com apurado na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido de 2.012, e descrito em notas explicativas dos anos anteriores, a SPDM procedeu a ajustes necessários para se adequar ao que estabeleceu a NBC TG 07 (R2) Subvenção e Assistência Governamentais, no que se refere ao reconhecimento dos recursos com restrição originários de contratos de gestão, convênios públicos e outros tipos de Assistência Governamental. O patrimônio líquido atualmente não apresenta valores, em virtude de aplicação do que estabelece a Norma ITG 2002 (R1), que enquanto não atendido os requisitos para reconhecimento no resultado, a contrapartida da Assistência Governamental de Contribuição para Custeio e Investimento deve ser em conta específica do Passivo, de forma que o resultado será sempre "zero". Em 31 de dezembro de 2020 a instituição optou em reconhecer em conta específica de Patrimônio Líquido o montante de R\$ 8.418.870,43 (oito milhões, quatrocentos e dezoito mil, oitocentos e setenta reais e quarenta e três centavos), na conta 3.2.1.002 Ajustes de Exercícios Anteriores, por entender que tais valores não possuem expectativa de recebimento, cabendo a unidade gerenciada reconhecer tal perda decorrente de exercícios anteriores a 31.12.2012. **6 - Resultado Operacional (Subvenção)** - Em face à adoção da Norma Brasileira de Contabilidade NBC TG 07 (R2) - Subvenção e Assistência Governamentais, a subvenção governamental deve ser reconhecida como receita ao longo do período e confrontada com as despesas que pretende compensar, em base sistemática, desde que atendidas as condições desta norma (Item 12). Portanto, a apuração do resultado do exercício reconhecido em conta específica do Patrimônio Líquido representa "zero". A apuração do resultado, se não aplicada a norma, seria composto de Receitas obtidas através do contrato público na ordem de R\$ 154.245.134,66 (Cento e cinquenta e quatro milhões, duzentos e quarenta e cinco mil, cento e trinta e quatro reais e sessenta e seis centavos), acrescidos de Outras Receitas no valor de R\$ 1.232.493,97 (Um milhão, duzentos e trinta e dois mil, quatrocentos e noventa e três reais e noventa e sete centavos); e deduzidas das Despesas e Custos Operacionais na ordem de R\$ 150.309.644,40 (Cento e cinquenta milhões, trezentos e nove mil, seiscentos e quarenta e quatro reais e quarenta centavos); encerrando o exercício com resultado superavitário no valor de R\$ 5.167.984,23 (Cinco milhões, cento e sessenta e sete mil, novecentos e oitenta e quatro reais e vinte e três centavos). **7 - Das Disposições da Lei 12.101 e Portaria 834/16 MS**. Por ser Entidade Filantrópica com atividade preponderante na área da saúde, a SPDM, em conformidade ao estabelecido no inciso II do artigo 4º da Lei 12.101 de 27 de Novembro de 2009, alterada pela Lei 12.868/13, regulamentada 8.242/14 e, ainda, o que está disposto na Lei Complementar 187/2021, para fazer jus a Certificação na área "predominantemente" de saúde, deverá alternativamente (**Artigo 7º**): I - prestar serviços ao SUS; II - prestar serviços gratuitos; III - atuar na promoção à saúde; IV - ser de reconhecida excelência e realizar projetos de apoio ao desenvolvimento institucional do SUS; e ainda (**Artigo 9º**): I - celebrar contrato, convênio ou instrumento congênere com o gestor do SUS; e II - comprovar, anualmente, a prestação de seus serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), com base nas internações e nos atendimentos ambulatoriais realizados. Podendo ainda (**§ 3º para fins do disposto no § 2º deste artigo**), no conjunto de estabelecimentos de saúde da pessoa jurídica, poderá ser incorporado estabelecimento vinculado em decorrência de contrato de gestão, no limite de 10% (dez por cento) dos seus serviços. A entidade de saúde, deverá informar obrigatoriamente, na forma estabelecida em regulamento (**Artigo 10º**): I - a totalidade das internações e dos atendimentos ambulatoriais realizados para os pacientes não usuários do SUS; e II - a totalidade das internações e dos atendimentos ambulatoriais realizados para os pacientes usuários do SUS. O Hospital de Transplantes Dr. Euryclides de Jesus Zerbini, apresentou em 2021 nesta unidade a seguinte produção:

Continuação

Continuação

Produção - 2021		Produção - 2021	
Linha de Atendimento	SUS	Linha de Atendimento	SUS
Internações - Total	5.832	SADT - Total	1.001.116
Saída Hospitalar - Total	5.885	Tratamento Especializado - Total	12.500
Nº de Cirurgias - Total	3.982	Nefro-dialítico	767
Diárias de UTI - Total	3.742	Quimioterapia	9.740
Consulta/ Atendimento de Urgência (PS/PA) - Total	11.573	Terapias Especializadas - Litotripsia	1.993
Atendimento Ambulatorial - Total	127.072	Transplantes - Total	79
Consulta médica	91.284	Transplante córnea	23
Atendimento não médico	35.788	Transplante hepático	0
HD/Cirurgia Ambulatorial - Total	4.314	Transplante medula óssea	56
		Transplante renal	0

8. Relatório de Execução do Contrato de Gestão

Linha de Contratação	Relatório de Execução do Contrato de Gestão - 2021					
	1º Semestre		2º Semestre		Total	
	Contratado	Realizado	Contratado	Realizado	Contratado	Realizado
Internações	-	2.752	-	2.825	-	5.577
Saída Hospitalar - Total	2.604	2.745	2.604	2.852	5.208	5.597
Saída Hospitalar - (Exceto Cl. Cirúrgica)	720	997	720	932	1.440	1.929
Saída Hospitalar - Cl. Cirúrgica	1.884	1.748	1.884	1.920	3.768	3.668
HD/CIR. Ambulatorial - Total	810	378	810	475	1.620	853
Pronto Socorro/Pronto Atendimento(Urgência/Emergência)	600	3.698	600	3.531	1.200	7.229
Consulta de urgência	600	3.698	600	3.531	1.200	7.229
Atendimento Ambulatorial - Total	56.280	53.441	56.280	52.824	112.560	106.265
Consulta médica - Total	45.840	45.689	45.840	43.148	91.680	88.837
Atendimento não médico - Total	10.440	7.752	10.440	9.676	20.880	17.428
SADT Externo - Total	1.296	1.000	1.296	1.095	2.592	2.095
Tratamento Especializado	12.000	8.549	12.000	8.136	24.000	16.685
Quimioterapia	10.200	6.517	10.200	7.601	20.400	14.118
Nefro-dialítico	-	739	-	535	-	1.274
Litotripsia	1.800	1.293	1.800	-	3.600	1.293
Transplantes - Total	-	40	-	42	-	82
Transplante córnea	-	12	-	16	-	28
Transplante hepático	-	-	-	-	-	-
Transplante medula óssea	-	28	-	26	-	54
Transplante renal	-	-	-	-	-	-

Relatório de Execução Orçamentária - Exercício 2021		
Receitas	Custeio	Investimento
Repasses do Contrato / Convênio	151.573.021,00	2.672.113,66
Receitas Financeiras e Outras Receitas	354.019,22	-
Total das Receitas	151.927.040,22	2.672.113,66
Despesas	Custeio	Investimento
Despesas com Pessoal	97.955.101,10	-
Despesas com Materiais, Serviços e Outras Despesas	54.870.991,57	-
Total das Despesas	152.826.092,67	-

9. Contribuições Sociais - Por atender aos requisitos estabelecidos na Lei Complementar nº 187 de 16/12/2021, a Instituição teve o seu Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área da Saúde (CEBAS-Saúde), deferido conforme portaria SAS/MS nº 1.893, de 07 de dezembro de 2016, publicada no Diário Oficial da União em 08/12/2016, com validade de

01/01/2015 à 31/12/2017, fazendo jus ao direito de usufruir da isenção do pagamento da Cota Patronal das Contribuições Sociais e isenção da CO-FINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) que também é uma contribuição social, de natureza tributária, incidente sobre a receita bruta das empresas em geral, destinada a financiar a seguridade social. Em 15 de Dezembro de 2020, a entidade protocolou, tempestivamente, junto ao Ministério da Saúde, o seu requerimento de renovação, conforme Processo nº 25000.177286/2020-01, o qual aguarda deferimento. Os montantes das isenções e as contribuições usufruídas durante o exercício de 2021 se encontram registrados em contas específicas de receita e totalizou R\$ 28.487.310,88 (Vinte e oito milhões, quatrocentos e oitenta e sete mil, trezentos e dez reais e oito centavos). Em face de a Entidade ser reconhecida como Entidade Beneficente de Assistência Social, e ter como área de atuação preponderante a da Saúde, além de atuar nas áreas de educação e assistência social, tem obrigatoriedade de cumprir o estabelecido na Lei Complementar nº 187 de 16/12/2021, em seu artigo 3º,

inciso VII, que prevê a apresentação de demonstrações contábeis e financeiras, devidamente auditadas por auditor independente legalmente habilitado nos Conselhos Regionais de Contabilidade, quando a receita bruta anual auferida for superior ao limite fixado pelo inciso II do caput do art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, dentro outros requisitos. As isenções e contribuições sociais usufruídas são referentes a INSS Patronal sobre a folha de pagamentos de serviços próprios e de terceiros, COFINS e PIS sobre folha de pagamentos de serviços próprios. **9.1 Isenção da Contribuição Previdenciária Patronal sobre a folha de pagamento de empregados.** Conforme descrito no item 9 - Contribuições Sociais, face à sua condição de Entidade Filantrópica garantida nos termos da Lei complementar 187/2021, a Entidade usufruiu no exercício de 2021, da isenção da Contribuição Previdenciária Patronal sobre a folha de pagamento de empregados a qual se encontra registrada em conta específica montante de R\$ 23.077.771,27. Em 2020, a referida isenção, que também se encontra registrado em conta específica de receita, totalizou R\$ 24.772.294,76. **9.2 Isenção da Contribuição Previdenciária Patronal, sobre a folha de pagamento por Serviços de Terceiros.** A Isenção da Contribuição Previdenciária Patronal incide também sobre a folha de pagamento por Serviços de Terceiros Pessoa Física. Tal isenção se encontra registrada em conta específica de receitas, sendo que no exercício de 2021 atingiu um montante de R\$ 124.457,67. Em 2020 o referido valor de receita totalizou R\$ 325.480,31. **9.3 Isenção da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS).** A isenção da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) está baseada na condição filantrópica da Entidade. Conforme classificação em conta específica o montante no exercício 2021 foi de R\$ 4.451.850,69. Tomando-se por base os recursos recebidos em 2020, esse montante foi de R\$ 4.956.798,33. **9.4 Isenção para o PIS sobre a Folha de Pagamento (PIS - FOPAG)** - A Entidade usufruiu da isenção da Programa Integração Social (PIS) sobre a folha no ano de 2021 R\$ 831.322,39 (oitocentos e trinta e um mil, trezentos e vinte e dois reais e trinta e nove centavos). Em 2020, R\$ 892.000,24 (oitocentos e noventa e dois mil reais e vinte e quatro centavos). **9.5 Trabalho voluntário** - Em 02/09/2015 o Conselho Federal de Contabilidade publicou a revisão da Interpretação Técnica Geral (ITG) 2002 (R1) Entidade sem Finalidade de Lucros, norma que regulamenta a contabilidade das entidades do Terceiro Setor. Dentre as alterações realizadas na (ITG) 2002 (R1) Entidade sem Finalidade de Lucros encontra-se a que estabelece que o trabalho dos integrantes da administração das entidades deve ser incluído como trabalho voluntário. Desta forma, conforme item 19, a Entidade reconhece pelo valor justo a prestação do serviço não remunerado do voluntariado, que é composto essencialmente por pessoas que dedicam o seu tempo e talento uma importante participação em várias ações realizadas pela entidade. A instituição possui apenas um tipo de trabalho voluntário, sendo o trabalho dos dirigentes estatutários. Tomando como base o valor médio da hora multiplicado pelo número de horas chegou-se ao montante devido no mês, o qual foi dividido de maneira simples pelo número de unidades ativas no período. Em 2021, o trabalho voluntário estatutário representou R\$ 1.908,86. Em 2020 estes valores apurados foram de R\$ 1.918,09. **10. Exercício Social** - Conforme estabelece o art. 41 do Estatuto Social da Instituição, o exercício social coincide com o ano civil, iniciando-se em 1º de janeiro e encerrando-se em 31 de dezembro de cada ano. São Paulo, 31 de dezembro de 2.021.

Prof. Dr. Ronaldo Ramos Laranjeira - Diretor-Presidente da SPDM **Dr. Otávio Monteiro Becker Junior - Diretor Técnico - CRM 43821** **Maria Fernanda Ciorlia - Contadora - CRC 1SP 273883/O-5 SP**

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Opinião sobre as demonstrações contábeis - Examinamos as demonstrações contábeis da SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina (Hospital de Transplante Dr. Euríclides de Jesus Zerbini) que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2021, e as respectivas demonstrações do resultado do período, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da entidade, em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião** - Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros assuntos: Demonstração do valor adicionado:** Examinamos também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis, tomadas em conjunto. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis** - A administração é responsável pela elaboração e adequada

apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela administração da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis** - Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficien-

te para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. São Paulo - SP, 01 de abril de 2022. **Audisa Auditores Associados** - CRC/SP 2SP 024298/O-3. Ivan Roberto dos Santos Pinto Júnior - Contador CRC/RS 058.252/O-1 - CVM 7.710/04 - CNAI-RS-718.

